

AS TRANSIÇÕES DO PARAGUAI E BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA: PROCESSOS E CONSEQUÊNCIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

GENARO DA SILVA RIBEIRO¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – genaroribeiro@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde o seu advento, a democracia tem sido um dos grandes objetos de pesquisa das Ciências Humanas, especialmente da Ciência Política, visto que exerce grande influência na organização interna e nas relações externas dos Estados. Desse modo, as mudanças de regimes democráticos para autoritários, seus principais antagonistas, e vice-versa, foram alvo de extensas pesquisas comparadas, principalmente nos períodos chamados de “ondas” e “ondas reversas” de democratização (HUNTINGTON, 1994). E, à luz dos recentes acontecimentos políticos na América do Sul, notadamente os impeachments dos presidentes Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012, e Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, põem em dúvida a consolidação das instituições democráticas e poliárquicas no subcontinente.

A América Latina viveu, no século XX, um período marcado por governos autoritários que transformaram consideravelmente suas estruturas e sociedade. No Paraguai, o general Alfredo Stroessner governou o país por mais de trinta anos em um misto de autoritarismo personalista, modelo unipartidário e ditadura militar (POWERS, 1992). Igualmente, o Brasil viveu um intenso período de controle militar do aparato do Estado, sendo governado pela Junta Militar por cerca de vinte anos. Esta constelação de autoritarismos na região impactou severamente a possibilidade democrática até a terceira onda identificada por HUNTINGTON (1994).

Brasil e Paraguai tiveram longos períodos transicionais, tendo o Brasil iniciado seu processo em 1974 e completado, segundo MARENCO (2007), a consolidação de sua democracia com a eleição de um presidente de esquerda em 2003, outrora opositor do regime. Já o Paraguai iniciou uma difícil trajetória de transição em 1989 que resta inconclusa até hoje.

Com o início do século XXI, a América Latina viveu um período de ascensão da esquerda na região, o que levou à eleição de governos progressistas na maioria dos países do subcontinente e promoveu uma crença na estabilidade das instituições poliárquicas pela maioria dos analistas, visto que a vitória da esquerda nas eleições presidenciais dos principais países latino-americanos representou uma confirmação da possibilidade de alternância pacífica do poder e confirmou que o custo de tolerar a oposição era menor do que o custo de suprimi-la (DAHL, 1971; MARENCO, 2007).

Não obstante, acontecimentos posteriores no século XXI demonstraram a fragilidade da democracia nestes países e, para compreender o processo de degradação democrática em andamento no subcontinente (LAGOS, 2018), é necessário um estudo comparado e descritivo das raízes da democracia instaurada após seus últimos regimes autoritários. Apesar de muitas serem as condições que possibilitaram este cenário, para os fins desta análise, buscou-se - na transição democrática de ambos os países - vestígios que podem ter influenciado nas suas estruturas institucionais. Esta escolha metodológica

comparada e descritiva sobre aspectos históricos e institucionais, deu-se devido a muitos dos países e populações que viveram sob regimes ditatoriais ainda conservarem aspectos característicos desse período e, assim sendo, pode-se inferir que o autoritarismo foi não só uma estrutura presente, mas marcante do século XX. Nesse sentido, analisou-se a relação exposta por ARTURI (2001) entre o regime autoritário, modo de transição e regime democrático resultante.

2. METODOLOGIA

Para a operacionalização desta pesquisa adotou-se um estudo comparado e descritivo das raízes da democracia instaurada após seus últimos regimes autoritários. Para a análise dos regimes autoritários utilizou-se de uma abordagem histórico-descritiva a fim de identificar os principais elementos destes. A fim de analisar o processo transicional, utilizaram-se os passos já apresentados por MARENCO (2007) para a transição completa entre autoritarismo e democracia, quais sejam: início da transição, instituição de um governo civil, eleição presidencial direta, eleição de um presidente de oposição ao regime autoritário e, por fim, na eleição de um presidente de esquerda. Por fim, buscou-se na análise das instituições vestígios da influência do regime autoritário na elaboração das regras do jogo político do novo regime. Assim sendo, analisou-se a relação exposta por ARTURI (2001) entre o regime autoritário, modo de transição e regime democrático resultante. Isto se deu através, principalmente, da técnica de pesquisa bibliográfica que visou um levantamento condensado e objetivo dos principais elementos dos períodos históricos transicionais dos países estudados, comparando estes casos a fim de identificar suas principais semelhanças e diferenças.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração desta pesquisa foi feita a partir de três partes. A primeira versa sobre a natureza dos regimes autoritários; a segunda sobre o processo de transição para a democracia e a terceira sobre as continuidades identificadas no sistema vigente de governo em relação ao anterior.

A primeira parte aponta as características gerais dos governos autoritários do Paraguai (1954-1989) e do Brasil (1964-1985), sob o comando do general Alfredo Stroessner e sob a Junta Militar, respectivamente. Nesta parte, são também abordados os temas de repressão e censura, aspectos político-econômicos e as origens e natureza dos processos de transição.

Contudo, ao contrário do Brasil, o Paraguai, por representar um caso singular, não tomou parte nos estudos de HUNTINGTON (1991) ou na seminal obra de O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD (1986) sobre transição democrática. Isto se deve ao fato de o país possuir uma história política repleta de golpes, governos autoritários e presença de militares na vida política que perpassam as ondas apontadas pelo primeiro e não se encaixam na proposta de estudo dos segundos. Assim sendo, para a análise desta seção, considerara-se como períodos autoritários o governo do general Alfredo Stroessner (1954-1989), no Paraguai; e, no caso do Brasil, o governo sob a Junta Militar (1964-1985), desconsiderando o período autoritário varguista de 1937 a 1945.

A segunda parte apresenta uma abordagem cronológica comparada através dos cinco passos expostos por MARENCO (2007, p. 76) para a transição completa de um governo autoritário para o democrático. Estes passos consistem em: início da transição, instituição de um governo civil, eleição presidencial direta,

eleição de um presidente de oposição ao regime autoritário e, por fim, na eleição de um presidente de esquerda, dado à principal inclinação ideológica dos regimes autoritários latino-americanos no período. Este último passo, apesar de expressar mais uma característica de consolidação democrática do que de transição, foi incorporado para fins de ilustração. Isto porque ele representa o oposto da balança política dos governos autoritários da década de 1960, apoiados por direitistas, liberais e conservadores; e, portanto, ilustra a tolerância frente à oposição política dentro de um sistema, que seriam as vias de comprovação da estabilidade das instituições poliárquicas (DAHL, 1971; MARENCO, 2007).

Em concordância com esta abordagem, o período transicional é definido, nas palavras de O'DONNELL; SCHMITTER (2010), como “o intervalo que se estende entre um regime político e outro”. Considerando a descrição do termo, adota-se, para o caso do Brasil, a periodização comumente utilizada pela historiografia política, na qual o início da fase de transição inicia em 1974 e estende-se até 1985, sendo a eleição de Lula da Silva em 2003 um marco para a estabilidade do sistema na proposta de MARENCO (2007). Por outro lado, para o Paraguai, adotar-se-á o período a partir de 1989 como período transicional dado que alguns analistas, apesar de observarem avanços no processo de democratização do país, afirmam que este foi marcado pela instabilidade política, não havendo um marco de transição claro para a poliarquia em comparação aos outros países da América Latina (KARL; SCHMITTER, 1991; SILVA, 2008; REIS, 2017). Nesse sentido, a eleição de Fernando Lugo em 2008 e seu posterior processo de impeachment em 2012, com tendências altamente golpistas, reafirmaram o argumento apresentado.

Por fim, a terceira seção trata das continuidades e rupturas nos sistemas de governo atuais nestes países. Para este fim, utilizou-se uma análise dos elementos das novas constituições do Brasil (1988) e do Paraguai (1992) e sua influência nas relações entre Executivo e Legislativo e nas organizações partidárias.

4. CONCLUSÕES

A partir desta pesquisa, conclui-se que, apesar das marcantes diferenças entre os regimes autoritários brasileiro e paraguaio e seus modelos de transição, principalmente em relação à definição dos passos e a alternância no poder, as características semelhantes, como o controle do processo de transição pelo “alto”, geraram consequências de longo prazo. No caso do Brasil, um sistema partidário desagregado e uma tendência de concentração de poder no Executivo. E, no Paraguai, mesmo que ainda incompleta, a transição partida de dentro serviu para a manutenção do Partido Colorado como centro da política do país, gerando instituições insuficientes para a representação da população e, ainda, promovendo a insistente participação militar indireta na política. Apesar de Paraguai e Brasil terem poucos estudos comparados, e o próprio Paraguai ter poucos estudos específicos sobre este período, ambos os regimes culminaram em uma ruptura democrática em forma de *impeachment* e, os resultados da pesquisa demonstram que é possível argumentar que algumas das consequências dos regimes autoritários, dos processos de transição e, por consequências, das instituições democráticas deles resultantes, podem ter contribuído para esta recente e similar conjuntura de degradação democrática nesses países.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 11-31.
- DAHL, R. A. **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.
- HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.
- KARL, T. L.; SCHMITTER, P. C. Modos de transición en America Latina, Europa del Sur y Europa del Este. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v.43, n.2, p. 283-300, 1991.
- LAGOS, M. **El Fin de la Tercera Ola de Democracias**. Santiago de Chile: Latinobarómetro, 2018.
- MARENCO, A. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século 21**. Belo Horizonte: Editoria da UFMG, 2007.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. (org.). **Transições do regime autoritário**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.
- _____; _____. **Transiciones desde un gobierno autoritário**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- POWERS, N. R. **The transition to democracy in Paraguay: problems and prospects**. Notre Dame: Kellogg Institute, 1992.
- REIS, G. S. Algum passo à frente, mil passos atrás, e o que não fazer?. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, ano 9, n. 2, p. 11-22, 2017.
- SILVA, M. G. Transição, estabilidade e alternância: Fernando Lugo e a possibilidade de inserção tardia do Paraguai no processo latino-americano de consolidação da democracia. **Observador On-line**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, 2009.